ENSINO JURÍDICO E SUA PRÁTICA ALÉM DOS MUROS DA FACULDADE DE DIREITO: FORMAÇÃO DOS DISCENTES COMO EDUCADORES

Vinculo: ExperimentAção: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito (Cópia) 20-02-2024

Protocolo: 402359.2258.279480.20022024

Area Tematica: Direitos Humanos e Justica

Modalidade: Comunicacao Oral

Coordenador: Luiza Alves Chaves (VDI)

EQUIPE

1. Lara Júlia Feltrin de Almeida *(Autor / Relator)*
2. Pedro Henrique Evangelista Figueiredo *(Autor)*
3. Mylena Devezas Souza *(Autor)*
4. Jeferson de Medeiros Botelho *(Autor)*
5. Aylanny Rodrigues da Silva *(Autor)*
6. Walber da Silva Gevu *(Autor)*
7. Ana Beatriz da Silva Marques *(Autor)*
8. Maria Paula Resende Gallucci Rodriguez *(Autor)*
9. Beatriz Pires Curtinhas *(Autor)*

RESUMO

O artigo explora o papel da educação jurídica na formação cidadã, destacando a importância da interação entre universidade e escola no município de Volta Redonda/RJ. O projeto de extensão “ExperimentAção” é analisado como um instrumento para a formação sociojurídica dos alunos de escolas públicas, promovendo a conscientização sobre direitos fundamentais, cidadania e dignidade humana. O artigo também reflete sobre o papel do educador e da universidade na criação de metodologias que garantam a inclusão e o desenvolvimento social, reforçando a necessidade de um ensino que promova o respeito à diversidade e combata desigualdades estruturais.

Palavras-chave:

extensão universitária; educação jurídica; direito

ABSTRACT

The article explores the role of legal education in civic formation, highlighting the importance of interaction between the university and schools in the municipality of Volta Redonda/RJ. The extension project “ExperimentAção” is analyzed as an instrument for the socio-legal education of public school students, promoting awareness of fundamental rights, citizenship, and human dignity. The article also reflects on the role of educators and the university in creating methodologies that ensure inclusion and social development, reinforcing the need for education that promotes respect for diversity and combats structural inequalities.

Keywords:

university extension; legal education; law in scho

INTRODUCAO

A convivência harmoniosa e pacífica em sociedade requer uma série de posturas, convenções e concessões estruturantes a fim de mitigar as desigualdades e fomentar a participação de toda coletividade nas decisões e rumos sociais. Tal objetivo é alcançado quando a temática social é analisada por um ângulo multidisciplinar, com a possibilidade do diálogo entre diversos setores e atores sociais.

Ao educador, incumbe-se a função de estruturar a metodologia para o alcance do diálogo multi-setorial do tema para que toda a população seja abrangida nas discussões transformadoras, seja contemplada pelas ações do Estado e assim seja garantida a diversidade de estruturas sociais destacadas e protegidas na Carta Magna.

A universidade, por meio dos pilares ensino, pesquisa e extensão, tem a tarefa de ser um instrumento no auxílio do educador na missão do alinhamento entre metodologias de ensino e população, bem como na garantia de observação do texto constitucional

como base para a boa convivência na sociedade brasileira.

Neste sentido, a presente pesquisa tem como tema a análise do processo educacional aplicado aos discentes do curso de Direito na UFF de Volta Redonda/RJ, a fim de capacitá-los para a realização das visitas nas escolas municipais no âmbito do projeto de extensão "ExperimentAção: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito". Buscou-se preparar os alunos para atuarem como instrumento de transformação da realidade sócio-jurídica da comunidade, como propagador de um discurso que observa a cidadania e a dignidade da pessoa humana como alicerces da sociedade brasileira.

Como pano de fundo norteador da temática, tem-se por problema de pesquisa o seguinte questionamento: Como o projeto de extensão “ExperimentAção” pode contribuir para além da formação sócio-jurídica do corpo discente da UFF enquanto busca levar o ensino jurídico para a comunidade externa?

A eficácia desse projeto depende de uma capacitação bem estruturada dos alunos envolvidos, que inclui tanto a formação no tema das palestras a serem ministradas quanto o desenvolvimento de habilidades de oratória. Este artigo examina o processo de capacitação desses alunos, sua importância e os benefícios esperados. Deste modo, tem por objetivo identificar os acertos e erros na formação dos discentes para atuarem como educadores.

Para a elaboração deste artigo científico foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, a partir da observação participante, com realização de grupo focal juntos aos agentes sociais relacionados à temática. Também foi realizada pesquisa bibliográfica acerca dos desafios pedagógicos como instrumentos de transformação social, bem como sobre o racismo religioso, principal temática tratada nas dinâmicas desenvolvidas com o corpo discente, e também de outros tópicos sócio-jurídicos que foram apontados ao longo do estudo.

A pesquisa justifica-se na necessidade do aprofundamento da compreensão acerca das contribuições que um projeto de extensão proporciona à sociedade, em específico na formação de crianças e adolescentes como cidadãos e promotores das dinâmicas sociais que propagam as transformações na sociedade brasileira.

DESENVOLVIMENTO

O projeto "ExperimentAção: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito" tem por objetivo levar à comunidade externa da universidade o conhecimento jurídico básico, especialmente às crianças e adolescentes, para que entrem na vida adulta cientes de seus direitos. A base do sucesso do projeto está na capacitação dos alunos de graduação em Direito, que devem possuir um conhecimento sólido sobre os temas jurídicos abordados nas palestras. Afinal, são os próprios discentes que irão levar o conhecimento jurídico para as crianças em visitas escolares.

Para a formação dos discentes envolvidos no projeto de extensão, foram elaborados dois cursos de formação distintos, cada um com objetivos específicos. O primeiro curso, focado na preparação técnica, abordou aspectos fundamentais do direito e questões jurídicas relevantes para a faixa etária dos alunos das escolas públicas, garantindo que os futuros palestrantes possuíssem um conhecimento sólido e adequado. O segundo curso, por sua vez, visou preparar os alunos para assumir o papel de professores, desenvolvendo habilidades pedagógicas e técnicas de oratória essenciais para a transmissão eficaz do conteúdo.

Esse enfoque duplo na capacitação dos discentes é crucial para integrar o ensino jurídico universitário com outros âmbitos educacionais, como demonstrado pela aplicação prática do projeto no ensino fundamental (6º ao 9º ano). A experiência prática proporcionada pelo projeto exemplifica como o ensino jurídico pode ser adaptado e aplicado fora do ambiente universitário, permitindo que os alunos reflitam criticamente sobre a relação entre o direito e a vida cotidiana Esse processo não só reforça a relevância do direito em contextos diversos, como também desafia e estimula a criação de práticas educacionais inovadoras que promovam uma compreensão mais profunda e integrada do direito desde a educação básica.

Nesta perspectiva, podemos pensar a educação como uma prática transformadora e transgressora (Hooks, 2013) em que temas sensíveis devem ser levados ao debate coletivo e público para que, juntos, haja a promoção e reconhecimento de assuntos (fatídicos da vida), bem como propor reflexões capazes de construírem respostas às determinadas demandas que partem da própria sociedade (escola-família-grupos).

Apresentar temas relevantes ao direito e à coletividade, como a cidadania, é essencial para promover múltiplas reflexões. Isac Alves et al. (2020) destacam que a cidadania no Brasil enfrenta o desafio de garantir condições dignas de vida e compreensão dos direitos, que incluem direitos civis (liberdade, propriedade, igualdade), políticos (participação no governo), e sociais (educação, trabalho, saúde). A introdução desses temas visa reconhecer a necessidade de construir regras que assegurem o respeito e a proteção coletiva dos direitos, sustentadas por normas fundamentais, como a Constituição.

Em aspectos práticos, como o caso da vivência em sala de aula pelo projeto de extensão, permitiu analisar que a instrução jurídica, ainda que básica, como o caso de sua elaboração no ensino fundamental, “contribuiria para o crescimento intelectual e humanístico dos estudantes, ampliando o conhecimento de direitos e incentivando a luta pela justiça” (Souto; Bicalho, 2015, p. 19).

Introduzidas a importância da relação do ensino jurídico com outras instâncias além da graduação (ensino superior), bem como apresentando a construção coletiva (e pedagógica) de temas sensíveis ao próprio território que está inserida aquele grupo, chegamos à segunda parte do presente trabalho – e do projeto – que é a apresentação, introdução e abertura de debate sobre o tema intolerância e racismo religioso na escola. Cumpre dizer, aqui, que tal tema foi uma escolha da própria escola, por sua direção, para ser trabalhada junto aos alunos.

As respostas dos alunos indicaram que os temas "racismo" e "intolerância religiosa" já eram discutidos entre eles. O debate foi iniciado com a leitura da Constituição Federal de 1988, especificamente dos artigos 1º, 2º e 3º, e dos incisos VI e VIII do artigo 5º, que garantem a dignidade da pessoa humana e protegem a liberdade religiosa e a igualdade. Seguindo, para contextualizar a questão do racismo religioso, foi necessária uma análise, ainda que breve, do processo violento do colonialismo-colonialidade, especialmente provocado pela escravização de pessoas pretas, vindas de África, bem como sua relação com a modernidade (Tonial et. al, 2017). Um destes aspectos, claro, se encontra no sincretismo religioso como forma de resistência à religião católica, ao adorarem deidades africanas (orixás) a partir de imagens de santos católicos.

Importante mencionar, também, que para além do processo de intolerância religiosa, que se estabelece, a grosso modo, pelo não respeito à religião do outro, quando falamos de racismo religioso, estamos falando de um recorte de violência estrutural às religiões de matrizes africanas, provadas pelo racismo que se expressa de diversas maneiras e atinge graus institucionais e estruturais (Fernandes, 2017).

Por fim, estabeleceu-se, no debate, que práticas racistas devem ser combatidas em todos os meios institucionais: família, sociedade, escola etc. E, pela escuta dos alunos, foi possível compreender dinâmicas que tal situação já fora vivenciada ou observada pelos mesmos no ambiente escolar. Neste aspecto, é importante trazer as dimensões cruciais de proteção da escola para com as vítimas, a partir de medidas estabelecidas pela direção com os demais professores e, nisto, o projeto de extensão que se apresenta auxiliou neste processo de ensino-aprendizagem, ao relacionar as normais legais existentes com a organização e cuidados da escola.

METODOLOGIA

A metodologia empregada na capacitação dos alunos de graduação em Direito envolveu a realização de dois cursos presenciais, cada um com objetivos específicos e ministrados por especialistas em suas respectivas áreas.

O primeiro curso foi focado no tema do racismo religioso e foi conduzido por um especialista na área. A abordagem foi apresentada por meio de uma palestra detalhada, na qual o especialista apresentou os principais aspectos do racismo religioso, oferecendo uma visão abrangente e atualizada sobre o tema. Os alunos tiveram a oportunidade de interagir com o palestrante durante a sessão de perguntas e respostas ao final da apresentação, permitindo a esclarecimento de dúvidas e aprofundamento no conteúdo discutido. Este curso visou proporcionar uma compreensão sólida e crítica do racismo religioso, preparando os alunos para abordar o tema com conhecimento e sensibilidade durante suas atividades de extensão.

O segundo curso concentrou-se no desenvolvimento das habilidades de oratória, essencial para a eficácia da comunicação em sala de aula. Ministrado por duas professoras. As professoras apresentaram estratégias e técnicas importantes para a realização de aulas, abordando aspectos como a organização do conteúdo, a construção de uma narrativa envolvente e a manutenção do interesse dos alunos. Foram ensinadas técnicas de respiração para ajudar os alunos a gerenciar o nervosismo e a melhorar a clareza da comunicação. Essas técnicas foram projetadas para auxiliar na redução da ansiedade e na otimização da performance durante a apresentação das palestras e atividades.

Ambos os cursos foram realizados de forma presencial, permitindo uma interação direta entre os participantes e os instrutores, e garantindo um aprendizado mais eficaz e personalizado.

RESULTADOS E DISCUSSAO

Para a realização da primeira visita escolar no âmbito do projeto de extensão ExperimentAção, que ocorreu na Escola Municipal Walmir Freitas em 27/08/2024, foram planejadas e executadas atividades destinadas a promover a conscientização sobre o combate à intolerância religiosa para alunos do 6º ao 9º ano. A visita incluiu palestras, estudos sobre os elementos fundamentais de um Estado-nação para as turmas do 6º e 7º ano, e um júri simulado para as turmas do 8º e 9º ano. Para garantir o êxito dessas

atividades, foi essencial capacitar adequadamente os alunos envolvidos.

As turmas da escola foram organizadas de maneira que dois alunos de graduação em Direito acompanhassem cada turma, fornecendo suporte durante as atividades. Dada a necessidade de preparar os alunos para as palestras e para a condução das atividades de metodologia ativa, foram realizadas duas sessões de formação prévias na UFF.

No dia 13/08/2024, foi realizado o curso de formação intitulado "Racismos e Intolerância Religiosa", com a participação de 13 alunos. Este curso focou na preparação dos alunos para abordar temas relacionados à intolerância religiosa e racismo nas palestras. Em 23/09/2024, foi promovido o "Curso de Técnicas de Oratória", que teve a presença de 30 participantes. O curso abordou técnicas de comunicação, controle do nervosismo e dinâmicas para melhorar a didática dos alunos. As formações resultaram em uma preparação mais robusta dos integrantes do projeto PROJEPEPD, proporcionando não apenas conhecimentos sobre os temas a serem abordados, mas também habilidades práticas para uma apresentação eficaz.

Contudo, foi observado que muitos alunos se inscreveram exclusivamente no curso de oratória, sem se comprometer com a integralização do projeto ou com a visita à escola. Além disso, foi necessário convocar alunos que não haviam participado das formações, devido ao cancelamento de algumas participações. Isso evidenciou a necessidade de ampliar o número de alunos capacitados e escalados para as atividades escolares, bem como a importância de ter uma equipe adicional para garantir o pleno funcionamento das atividades.

Diante disso, terminada a fase dos cursos de preparação, foi realizada a visita na escola Walmir Freitas, no município de Volta Redonda-RJ. As atividades na escola foram aplicadas por duplas de voluntários para as turmas do 6º e 7º ano e propunha aos alunos que desenvolvessem um novo país fictício com a elaboração de: nome, bandeira, hino e, principalmente, as leis que, na opinião dos estudantes, deveriam reger o país. Essa tarefa foi realizada em grupos de 4 pessoas, que depois apresentaram o trabalho para a classe. Como resultado, foi possível perceber que existiu uma notória preocupação por parte das crianças com a necessidade de tolerância e respeito à diversidade, havendo em muitas das leis propostas por eles normas que visavam garantir a igualdade e o bem-estar geral. Pode-se afirmar também que a opção por escolher esse tipo de atividade prática foi uma escolha acertada, uma vez que permitiu explorar um pouco das capacidades artísticas e criativas das crianças (que possuíam entre 11 e 13 anos), ao invés de submetê-las a palestras sobre intolerância de forma passiva.

Para as turmas do 8º e 9º ano, os organizadores do PROJEPEPD acharam mais adequado não utilizar a tarefa anteriormente citada, por acreditarem que ela seria excessivamente infantil para a idade dos alunos da turma, sendo substituída por uma proposta de júri simulado que dividiu as turmas em grupos de acusação, defesa e jurados para apreciarem um caso concreto relacionado à intolerância religiosa. Os resultados da dinâmica foram os mais variados, havendo desde alunos que demonstraram muito interesse em participar até alunos mais dispersos e com postura mais combativa durante a proposta.

Ainda foram realizadas palestras para as turmas, com auxílio de uma apresentação de slides que visava explicar um pouco da estrutura legislativa brasileira e apresentar os principais dispositivos legais que combatem a intolerância. Como resultado, foi observado, principalmente durante a fase de exemplificação dos slides, um considerável conhecimento prévio demonstrado pelos alunos sobre a diversidade de crenças religiosas e a persistência da opressão sobre muitas manifestações racializadas, com a palestra tendo se mostrado útil para fornecer elementos normativos aos alunos para que estes possam disseminar os princípios da dignidade da pessoa humana e da liberdade religiosa.

CONSIDERACOES FINAIS

A execução do projeto de extensão "ExperimentAção: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito" demonstra a importância do processo educacional como forma de instrumento para o processo de formação sociojurídica nas escolas públicas. A eficácia do projeto parte da preparação dos discentes do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense, campus de Volta Redonda, para atuarem como instrumento de transformação da realidade sócio-jurídica da comunidade.

Para a primeira visita escolar do projeto ExperimentAção, os discentes realizaram cursos presenciais sobre ‘Racismos e Intolerância Religiosa’ e ‘Técnicas de Oratória’. Os cursos de formação foram essenciais para o sucesso na visita, preparando-os para abordarem sobre a intolerância religiosa e racismo, além de aprenderem técnicas de relaxamento para apresentação oral.

As palestras realizadas com metodologia ativa de aprendizado com os alunos da escola municipal Walmir Freitas, em Volta Redonda, promoveram-lhes uma perceptível compreensão sobre a tolerância e respeito à diversidade, que passaram a propor Leis e medidas que visassem garantir a igualdade, respeito à religião e à raça.

A metodologia utilizada pelos discentes na visita escolar proporcionou a criatividade e capacidades artísticas das crianças e

adolescentes, que passaram a compreender a necessidade de tolerância e respeito à diversidade. Como resultado, o projeto alcançou seu objetivo principal de transmitir o conhecimento jurídico básico à comunidade externa da Universidade Federal Fluminense, especialmente nas escolas públicas, promovendo a conscientização sobre direitos fundamentais, cidadania e dignidade humana.

Desse modo, o projeto extensionista ExperimentAção possui grande relevância social, uma vez que busca a formação dos discentes para atuarem como educadores, como verdadeiros instrumentos de transformação da realidade sócio-jurídica da comunidade. O objetivo é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, fundamentada na cidadania e na dignidade da pessoa humana como alicerces da sociedade brasileira.

REFERENCIAS

ALVES, Isac da Silva Alves et al. Educação Jurídica e Formação da Cidadania no Ensino Médio. In: VII Congresso Nacional de Educação – Edição Online, 2020, Campina Grande. Anais VII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. Revista Calundu, v. 1, n. 1, p. 117-136, 2017.

GONÇALVES, Aline Loredane; FIGUEIREDO, Frederico de Carvalho. Educação para a cidadania e o ensino médio: uma revisão teórica. Revista Criar Educação – UNESC, v. 10, n. 2, p. 92-110, 2021.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da sociedade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

SOUTO, Luciano; BICALHO, Leonil. Acesso à Educação Jurídica: pela inclusão do ensino jurídico na grade curricular. Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos, v. 8, n. 1, p. 03-20, 2015.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR., Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. Revista de Psicologia da UNESP [online], v. 16, n.1, p. 18-26, 2017.